

Parecer Legal e Institucional n. 01/2018/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Análise das propostas de normativos encaminhadas pelas Câmaras Técnicas do CNRH.

1. Introdução

Este Parecer apresenta o posicionamento da Câmara Técnica Legal e Institucional (CTIL) frente às matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas do CNRH.

Nesta condição, na 144ª Reunião da CTIL, realizada nos dias 23 e 24 de maio de 2018, foi analisada a proposta de Resolução que *“Estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e a articulação entre a União, os Estados e o Distrito Federal com vistas ao fortalecimento dessa gestão”*.

A proposta foi encaminhada à CTIL pelas Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas - CTAS e de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, por meio do Parecer nº 01/2018/CTAS/CTPOAR/CNRH, de 07.05.2018.

Para efeito deste parecer serão apresentados os pontos de maior relevância, em que houve alteração na minuta original encaminhada e a necessidade de votação. Deve ser lembrado que o mérito foi discutido nas câmaras técnicas de origem e que a documentação anexa à proposta, em especial o Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2018/CTAS-CTPOAR/CNRH, são peças fundamentais para o melhor entendimento do que se propõe.

2. Síntese das discussões e posicionamento

Durante a 144ª Reunião da CTIL, o presidente da CTAS, Sr. Zoltan Romero, fez um breve histórico das motivações que levaram à proposição da norma, pontuando como foram conduzidas as discussões no âmbito das duas câmaras técnicas, envolvendo amplo processo de debate nos últimos quatro anos. Explicou que a demora em se concluir a proposta se deveu à inovação da temática, até mesmo em âmbito internacional.

Tradicionalmente, o gerenciamento das águas superficiais e subterrâneas é realizado em separado, em razão, principalmente, da prioridade histórica dada ao uso, estudo e gestão da água superficial. Esta separação histórica, resultou em escassas, quando não inexistentes, informações sobre as conexões e impactos entre águas subterrâneas e superficiais. Esta integração é fundamental para a efetiva gestão dos recursos hídricos e contribuirá para evitar a duplicidade no ato da outorga.

A norma se aplica aos aquíferos livres e rios perenes e onde a conectividade direta entre águas superficiais e subterrâneas esteja comprovada (Art. 1º), e, somente faz sentido quando esta interação ocorrer na mesma bacia, necessitando o gerenciamento conjunto de ambos os recursos. Conforme destacado na norma, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos

visando suprir a lacuna de conhecimento com vistas à implantação efetiva desta gestão integrada.

As explanações foram seguidas pelas manifestações dos membros da CTIL, solicitando esclarecimentos em alguns pontos da proposta. Foi entendimento da câmara a importância da proposta, sendo, portanto, aceita a admissibilidade. Restando avaliar os aspectos legais e institucionais.

Texto da Norma

Artigo 2º - Definições

Foi solicitado esclarecimentos sobre o termo Coeficiente de Sustentabilidade (CS), sendo informado que se tratava de um coeficiente de segurança, utilizado em estudos da temática em questão. Na existência de conexão entre água subterrânea e superficial, uma retirada das disponibilidades hídricas subterrâneas poderá comprometer os rios. Quanto maior essa conexão menor a disponibilidade das águas subterrâneas. O valor de Cs varia entre 0,1 e 1,0, sendo atribuído por aquífero em função de suas características intrínsecas. As explicações foram aceitas e a definição na íntegra encontra-se na norma.

Art 4º - A gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos contemplará avaliações hidrológicas integradas e deverá observar, no mínimo, os seguintes itens:

(...)

V - As redes de monitoramento hidrometeorológicas e hidrogeológicas necessárias.

Questionou-se o inciso V, argumentando-se que o processo não poderia ser interrompido pela inexistência da rede. Foi esclarecido que a norma se aplica àqueles locais onde está comprovada a conexão das águas superficiais e subterrâneas, por meio de estudos e pela existência de redes de monitoramento.

Art. 6º - Para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, as autoridades outorgantes elaborarão Atos Regulatórios, observadas as seguintes situações:

Neste artigo foi questionada a utilização do termo “Atos Regulatórios”, na medida em que não se encontrava sustentação legal. Foi informado que, no momento da discussão nas câmaras técnicas de origem, também houve dúvidas sobre qual a melhor expressão a ser adotada para a definição deste conjunto de regras, sendo acordado que se levaria para a CTIL decidir.

Após debates, foi sugerida a substituição de “Atos Regulatórios” por “ato administrativo próprio”. Também foram apresentadas duas propostas de redação para este artigo:

1. Para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, as autoridades outorgantes se articularão, conforme o caso, para elaborar atos administrativos próprios para definição de diretrizes e critérios, observadas as seguintes situações:
2. Para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos as autoridades outorgantes se articularão para definir orientações e critérios comuns para a emissão de outorga de recursos hídricos, observados os planos de recursos hídricos, nas seguintes situações:

Para a definição da melhor redação foi necessário colocar em votação a proposta apresentada pelo Sr. Percy Soares, representante da Indústria, de inserir no artigo a observância aos planos de bacia, o que dá destaque ao papel dos comitês. A votação ficou empatada, sendo decidida pela não inclusão, pela presidente da CTIL, que considerou tratar-se de uma questão de mérito, não cabendo à CTIL tal modificação da proposta encaminhada. Portanto, a proposta 1

foi aceita pela maioria, por não entrar no mérito da proposta original. Na sequência, realizou-se ajustes na proposta da redação 1 para torná-la mais clara, aproveitando algumas ideias do texto 2.

A seguinte redação foi aprovada:

Art. 6º Para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, as autoridades outorgantes se articularão, conforme o caso, para elaborar atos administrativos próprios para definição de diretrizes e critérios comuns, observadas as seguintes situações:

Com a redação do artigo 6º, foram ajustados os incisos e parágrafos, uma vez que remetiam a “atos regulatórios”.

Foi sugerido mudança no inciso II, substituindo “outro Estado” por “mais de um Estado”. Mas diante dos argumentos contrários e pela lógica dos incisos, a proposta não foi aceita.

Por fim, ajustou-se o artigo 9º, uma vez que remetia a “atos regulatórios”.

Redação Final artigo 9º:


Art. 9º O desenvolvimento de estudos e a definição de atos administrativos próprios com vistas à gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em bacias hidrográficas estarão condicionados às prioridades definidas pelos órgãos gestores de recursos hídricos, em articulação com os comitês de bacias hidrográficas.

Como todo o restante da resolução foi considerado adequado e importante para a gestão nacional dos recursos hídricos, nada mais foi alterado.

Encaminhamento: Realizados os esclarecimentos e adequações, a redação da proposta de resolução foi aprovada, para encaminhamento ao Plenário do CNRH, que deliberará de forma definitiva.

Este é o parecer.

Em, 28 de maio de 2018.


ADRIANA LUSTOSA DA COSTA
Presidente da CTIL